

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2001

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Realizada aos 17 dias do mês de outubro de 2001, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Av. Elias Agostinho, 665, bloco B, sala 113, Imbetiba, CEP 27913-350, na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do “Livro de Presença”. **3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Artigo 26, §1º do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Arthur Lopes Lencastre Pinheiro, que convidou o Sr. Joaquim Gabriel Penteado Neto para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** (a) autorizar a 1ª emissão de debêntures (“**Debêntures**”) da Companhia, no valor total de até R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais pertinentes (a “**Emissão**”); (b) delegar ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições relativas às Debêntures, de que tratam os itens VI a VIII, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, bem como delegar poderes para cancelar as Debêntures que eventualmente não sejam colocadas, ou que se encontrem em tesouraria; (c) autorizar a Diretoria a contratar: (1) instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação pública das Debêntures emitidas pela Companhia, (2) o agente fiduciário da Emissão (“**Agente Fiduciário**”), e (3) o banco mandatário, bem como para realizar as demais contratações (inclusive advogados, auditores, agências de classificação de risco e agências de publicidade) e praticar todos os demais atos necessários para efetivação da Emissão. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da matéria, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: I. Aprovar, nos termos do Artigo 29, alínea (f) do Estatuto Social, a captação pela Companhia de recursos no mercado de capitais brasileiro, mediante a emissão de Debêntures com as características descritas abaixo. (i) **Valor Total da Emissão:** Até R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão. (ii) **Quantidade Total da Emissão de Debêntures:** 1.800 (um mil e oitocentas) Debêntures, em série única. (iii) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de dezembro de 2001. (iv) **Tipo e Forma:** Simples, ou seja, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas. (v) **Espécie:** Subordinada, nos termos do artigo 58, § 4º da Lei nº 6.404/76. As Debêntures gozam de garantias adicionais a serem constituídas por meio dos seguintes instrumentos: (i) o Contrato de Penhor de Ativos; (ii) o Contrato de Caução de Contas; (iii) o Contrato de Custódia e Controladoria; e (iv) o Contrato de Partilha de Garantias (doravante coletivamente denominados “**Documentos de Garantia**”). (vi) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão. (vii) **Remuneração:** A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração: a) As Debêntures farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 01 de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. b) Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, “*over* extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”, capitalizada de um *spread* de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) ao ano (CDI + 0,90%), base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias, vigente até a data de vencimento das Debêntures. As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:
$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (Fli) \right] \times (S) - 1 \right\}$$
 Onde: J = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos; VN = Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo); $\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com i variando de 1 até f. f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização. Fli = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{TAXA DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde: TAXA DI} = \text{taxa média diária de depósitos interfinanceiros} - \text{DI de um dia} -$$

extragrupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano; dj = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de

validade da taxa TAXA DI; S = fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo: $S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}$, onde: s =

spread de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois); e du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização. c) No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver.

Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A.), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Companhia. d)

Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia. e) Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP,

será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures. f) Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Companhia, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias

contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste subitem, será utilizada uma taxa de Juros Remuneratórios apurada através da média aritmética da Taxa DI publicada nos últimos 30 dias, contados retroativamente desde a data em que este índice foi divulgado oficialmente pela última vez. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. (viii) **Preço de Subscrição e Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme item (vii) acima, acumulada desde a Data de Emissão, até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. (ix) **Prazo de Vencimento e Condições de Pagamento:** O prazo de vencimento das Debêntures será de 84 (oitenta e quatro meses) a contar da Data de Emissão, ou seja, dia 01 de dezembro de 2008. O valor do principal das Debêntures será pago em 5 (cinco) parcelas anuais iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão, e as parcelas subseqüentes pagas a cada 12 (doze) meses contados da data de pagamento da parcela anterior. (x) **Colocação e Procedimento da Distribuição:** A distribuição das Debêntures será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia. (xi) **Garantias:** Mediante a celebração dos Documentos de Garantia, os futuros debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, deverão se tornar “Partes Garantidas” e serão beneficiários dos contratos de garantia descritos brevemente abaixo: a) Contrato de Penhor de Ativos - Através do Contrato de Penhor de Ativos, a Companhia se compromete a dar em penhor mercantil aos Debenturistas, na qualidade de primeiras e únicas Partes Garantidas na presente data, os ativos de sua exclusiva propriedade, descritos e caracterizados no Anexo 2 daquele instrumento. Adicionalmente, a Companhia se compromete a constituir em favor das Partes Garantidas penhor sobre todos os demais ativos que venha a adquirir, assumindo, para tanto, a obrigação de celebrar com as Partes Garantidas aditivos ao Contrato de Penhor de Ativos. A Petrobras será nomeada como depositária dos bens a serem empenhados. b) Contrato de Caução de Contas -

Através do Contrato de Caução de Contas, a Companhia se compromete a dar em caução aos Debenturistas, na qualidade de primeiras e únicas Partes Garantidas, (i) a totalidade dos créditos detidos pela Companhia contra a instituição financeira a ser nomeada, referente aos recursos a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta de Receita e na Conta de Desembolso administradas pela referida instituição financeira; e (ii) todos e quaisquer títulos a serem adquiridos por essa instituição financeira com tais recursos e os recursos resultantes da venda desses títulos.

(xii) **Vencimento Antecipado:** Sempre observado o disposto no Subitem “(xii.2)” abaixo e nos respectivos Contrato de Partilha de Garantias e Contrato de Custódia e Controladoria, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos: a) transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia ou alteração em sua composição sem aprovação prévia dos Debenturistas detentores de no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; b) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos da respectiva escritura de emissão pública das Debêntures, a ser firmada entre a Companhia e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas (a “**Escritura**”); c) término por inadimplemento ou invalidade do contrato de locação de equipamentos a ser celebrado entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tendo como objeto a locação de certos equipamentos pela Companhia à Petrobras (“**Contrato de Locação**”) e/ou de qualquer Documento de Garantia ou renúncia por qualquer das partes a qualquer de tais instrumentos; extinção do ônus sobre parte substancial das garantias constituídas por meio dos Documentos de Garantia, exceto aquela ocorrida de acordo com os termos da constituição de tal ônus; descumprimento pela Petrobras de qualquer obrigação contida nas Cláusulas 11.01 e a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 12.01, com exceção daquela descrita na Cláusula 12.01(a) do Contrato de Locação, que não seja sanado conforme previsto naquele instrumento; d) protestos legítimos e reiterados contra a Companhia, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que a Companhia receber aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido; e) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; f) liquidação ou decretação de falência da Companhia; g) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo respectivo Agente Fiduciário; h) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); i) transito em julgado de qualquer sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandados de penhora ou início de processos semelhantes, em qualquer caso que versem sobre o pagamento de valor equivalente ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Companhia; j) penhora, arresto ou seqüestro de bens da Companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia com base nas mais recentes demonstrações financeiras anuais da Companhia, em procedimento administrativo ou processo judicial, que não seja cancelado em até 60 (sessenta) dias após a sua instauração; ou l) alteração das classificações de risco (rating) atribuídas às Debêntures pelas agências de classificação de risco Moody's e Standard & Poor's, em escala nacional, nas revisões anuais realizadas a partir da Data de Emissão. (xii.1) Os valores mencionados nos subitens “d”, “h” e “i” acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer índice que o substitua. (xii.2) Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos subitens “b”, “e” e “f” acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão e antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais subitens acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação. (xiii) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. (xiv) **Forma Alternativa de Recebimento:** Caso decidido por Debenturistas titulares de 100% (cem

por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela Companhia nos termos da Escritura poderá ser aceito pelos Debenturistas, a seu único e exclusivo critério, por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os Debenturistas. Nenhum pagamento de valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos Debenturistas nos termos deste item. (xv) **Negociação:** As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. (xvi) **Local de Pagamento:** Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Companhia em sua sede ou em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim, ou, ainda, através do SND. (xvii) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, a taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança. (xviii) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures ou na cidade de São Paulo. (xix) **Publicidade:** Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. II. Delegar poderes ao Conselho de Administração para: (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas na presente deliberação, no que se refere às matérias referidas nesses itens; e (ii) aprovar o cancelamento das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrem em tesouraria. III. Autorizar a Diretoria da Companhia a contratar instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição como líder(es) ou coordenador(es) da emissão, bem como Agente Fiduciário e instituições para a prestação de serviços a ela relativos, inclusive custódia, liquidação, emissão de certificados e de agente pagador (Banco Mandatário), advogados, auditores independentes, agências de classificação de risco e agências de publicidade, podendo ajustar os termos e condições pertinentes. IV. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos relacionados com o quanto acima exposto, assinando todos e quaisquer documentos necessários para esse fim, inclusive a Escritura, os Documentos de Garantia e o Contrato de Coordenação e Colocação Pública de Debêntures Simples, Mediante Regime de Garantia Firme, em Série Única, da Companhia. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Macaé, 17 de outubro de 2001. (aa) Presidente: Arthur Lopes Lencastre Pinheiro; Secretário: Joaquim Gabriel Penteado Neto. Acionistas: (i) UNIBANCO AIG S.A. – Seguros e Previdência p. Carlos Henrique Tonon Ximenes de Melo e Cristóvam Mangione Sobrinho; (ii) JPM Participações S/C LTDA. p. Joaquim Gabriel Penteado Neto, Gabriel Penteado e Maria Izabel Penteado Whately; (iii) Arthur Lopes Lencastre Pinheiro; (iv) Oswaldo Guerra D'Arriaga Schimidt; (v) Joaquim Gabriel Penteado Neto. Confere com a original lavrada em livro próprio. Joaquim Gabriel Penteado Neto – Secretário.

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>
JPM Participações S/C LTDA.	499
UNIBANCO AIG S.A. – Seguros e Previdência	498
Arthur Lopes Lencastre Pinheiro	1
Oswaldo Guerra D'Arriaga Schimidt	1
Joaquim Gabriel Penteado Neto	1
Total	1.000

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Joaquim Gabriel Penteado Neto
Secretário